

PROGRAMA DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA PUC-CAMPINAS

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vem se consolidando, no setor de ensino superior brasileiro, a discussão e implementação de propostas de avaliação, tanto no enfoque institucional quanto de suas diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Embora as finalidades para a implantação deste processo de avaliação sejam diferenciadas de acordo com os objetivos dos variados atores envolvidos - governos, instituições, docentes, pesquisadores, alunos e comunidade, entre outros - pode-se afirmar que o acesso a informações sobre a qualidade dos cursos de graduação tem sido uma preocupação comum e crescente, comprovada tanto pela multiplicação de revistas e *sites* voltados ao segmento dos candidatos às vagas dos vestibulares, nos últimos cinco anos, como também pelo reconhecimento e uso destas informações pelas próprias Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente as particulares, que buscam enfrentar o atual ambiente concorrencial do ensino superior.

Paralelamente, os estímulos para a expansão do ensino superior, objetivando ampliar o contingente de pessoal com formação superior, foram acompanhados por políticas e projetos de avaliação das IES implementados pelo MEC e INEP, numa tentativa de avaliar os diversos e complexos elementos do ensino superior - concepções, processos, estruturas e resultados.

Essas políticas acabaram por implantar, em meados da década de 90, procedimentos e instrumentos incentivando tanto a auto-avaliação institucional quanto a avaliação externa pelo MEC - INEP, configurando, pela primeira vez no país, um processo nacional de avaliação de um setor social de grande importância.

Do ponto de vista institucional as políticas e processos de avaliação acabaram por imprimir, no interior das IES, a necessidade em desenvolver planos e projetos de desenvolvimento institucional (Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI) a partir das exigências e avaliações do MEC e da urgência em corrigir inadequações e distorções detectadas.

Embora grande parte das IES ainda venha respondendo de modo reativo às avaliações, já é possível detectar um novo movimento relacionado à formulação de planos estratégicos, por estas instituições, demonstrando um novo patamar de preocupações dos dirigentes, buscando a profissionalização e a excelência da administração do ensino superior, apesar das diferentes características dos vários segmentos institucionais – estatal , comunitário e particular *stricto sensu*.

Nesse sentido, o planejamento, a avaliação e o monitoramento, além de se configurarem como processos estratégicos das IES, na atualidade, requerem uma adequada organização de seus processos, procedimentos e instrumentos, no sentido de que consigam articular e integrar um conjunto de elementos que possam oferecer subsídios e respostas aos diferentes desafios e atores internos (administradores, alunos, funcionários e professores) e externos (governos, comunidades e setores organizados da sociedade).

Nessa perspectiva, a avaliação não pode ser vista apenas como um instrumento exclusivo da administração superior da IES e nem como um instrumento corporativo a serviço de alunos, funcionários e docentes, mas deve integrar o conjunto de ações de gestão da instituição, e dos diferentes segmentos que a compõem, buscando orientar e indicar os direcionamentos das ações institucionais, em busca de determinados objetivos, metas e padrões de qualidade.

No caso específico de uma IES, a sua própria natureza e missão já definem, a princípio, os objetos da avaliação, ou seja, o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, devendo ser estabelecidos os parâmetros balizadores, os processos de avaliação e os atores da avaliação.

A avaliação das IES comporta diferentes enfoques ideológicos, filosóficos, conceituais e técnicos e deve produzir resultados detectáveis, de modo que se constitua em uma atividade que, além de enriquecer o conhecimento da realidade, consiga interferir nessa realidade e contribua para sua modificação e aprimoramento.

Levando-se em conta a dimensão da Instituição, o Programa de Auto-avaliação deve ter caráter permanente, aberto à participação efetiva da comunidade universitária, buscando continuamente elementos que propiciem a concretização da missão institucional e do seu compromisso social.